

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E A DINÂMICA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Rodrigo de Andrade Calsani¹

Doutorando em História Econômica (FFLCH-USP)

rcalsani@yahoo.com.br

Resumo

A partir do governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil passou por transformações econômicas, que resultaram na ampliação de investimentos na área da indústria. Ao mesmo tempo, o campo também sofreu modificações, principalmente no que tange a investimentos tecnológicos e a concentração de terra nas mãos de poucos latifundiários. Inserido nesse contexto, o trabalhador rural do interior do país, mais especificamente do Nordeste, perdeu sua terra e migrou para outras regiões, e o estado de São Paulo passou a ser o ponto de chegada de muitos desses trabalhadores.

Palavras-chave: Indústria, Campo, Migração, Desenvolvimento e Trabalho.

Abstract

From the government of Juscelino Kubitschek, Brazil underwent economic transformations, which resulted in the expansion of investments in the area of industry. At the same time, the countryside has also undergone changes, mainly in terms of technological investments and the concentration of land in the hands of few landowners. Inserted in this context, the rural worker of the interior of the country, more specifically of the Northeast, lost its land and migrated to other regions, and the state of São Paulo became the point of arrival for many of these workers.

Keywords: Industry, Field, Migration, Development and Work.

¹ Graduado em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá (concluído em 2005). Especialista em História, Cultura e Sociedade pela mesma instituição (concluído em 2007). Mestre pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP / Franca (concluído em 2011). Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do ensino fundamental e universitário. E-mail: rcalsani@yahoo.com.br



Introdução

“O Brasil vai viver 50 anos em 5.” (JK)

A década de 1950, especialmente a sua segunda metade, foi marcada pelo avanço do processo de industrialização brasileiro. Este desenvolvimento econômico do país foi fortemente influenciado pelo vigoroso investimento público por meio dos investimentos diretos do Estado ou de empresas estatais e, de maneira menos ostensiva, pelo capital internacional e privado nacional.

Bielschowsky (1995) é enfático ao afirmar que a hegemonia do desenvolvimentismo aconteceu de fato a partir da década de 1950, mas sugere que a “origem” desse projeto iniciou-se alicerçada em quatro elementos ideológicos: durante a Era Vargas gerou-se a consciência que era necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado, além disso, criou-se a mentalidade da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida. Soma-se a esses elementos a ideia da intervenção governamental em apoio à iniciativa privada com a ideia de um planejamento necessário para o período.

E por fim, o nacionalismo econômico, no qual há a ideologia do fortalecimento do poder central, em que o Estado figura como guardião e promotor dos interesses nacionais.

É importante lembrar que o contexto histórico mundial foi propício para a origem do desenvolvimentismo no Brasil, afinal após a Crise de 1929, um mundo dividido em ideologias capitalistas e socialistas, o surgimento e fortalecimento dos governos fascistas – inclusive o de Vargas – era necessário a “defesa” de uma política econômica nacional.

Sendo assim, vários departamentos foram criados para que o projeto pudesse ser colocado em prática, e enfim, passarmos para a fase do capitalismo industrial.

Depois desses primeiros passos chegaríamos a fase de amadurecimento do desenvolvimentismo. Com o final da 2ª Guerra Mundial e a “vitória” do modelo político democrático a situação da permanência de Vargas no poder tornara-se insustentável, mas o laço da fidelidade política permaneceria, no qual o próximo presidente, alguns senadores e vários deputados eleitos teriam o apoio de Vargas (FAUSTO, 2012).

Nessa “nova” fase democrática, inclusive com a Constituição de 1946, o caráter conservador permaneceu, no qual no novo Congresso havia ainda o predomínio de representantes das oligarquias regionais, concomitante com um “clima” de liberalismo



Movimentos Migratórios E A Dinâmica Da Economia Brasileira – Rodrigo de Andrade Calsani

econômico. Os anos finais do governo Vargas e os anos iniciais do governo de Dutra foram de grande valorização da reflexão sobre futuro da economia brasileira.

Ciente da vocação agrária que foi praticada por séculos no Brasil, a fase de amadurecimento do desenvolvimentismo contou também com a discussão sobre o novo pacto social que se seguiria após a ditadura de Vargas. Temas como justiça social e distribuição de renda e de propriedade passavam a ser discutidos por parte dos economistas da época. Muitos políticos conservadores criticavam essa ideologia que surgia e mais uma vez, o Estado surgia como o guardião dessa justiça, em nome da paz social. Estado esse, financiado e apoiado por essa oligarquia, que se perdurava por décadas no cenário político e econômico brasileiro (BIELSCHOWSKY, 1995).

Mesmo distante de uma sociedade burguesa, com práticas conservadoras e muitas vezes pré-capitalista – José de Souza Martins – a partir de 1947, o país atingia o seu primeiro superávit e o projeto passava a ser real e tangível à realidade brasileira (BIELSCHOWSKY, 1995).

Com o advento do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) o lema cinquenta anos em cinco passava a ser colocado em prática e o Plano de Metas e o pensamento econômico desenvolvimentista atingia a sua fase máxima. O projeto de industrialização passava a ser discutido na literatura econômica brasileira.

O governo de JK chegou a uma taxa anual média de aumento do PIB em 7,4% e de expansão industrial em 10,1%. Com o Plano de Metas cinco setores foram desenvolvidos: energia, transporte, indústrias básicas, alimentação e educação; e mais 30 “metas” setoriais. Dessa forma, a política de investimento foi o alicerce central da política de JK, subordinando a política monetária e cambial², mesmo com uma inflação crescente (BIELSCHOWSKY, 1995).

No auge do desenvolvimentismo, as correntes de pensamento tinham poucas características novas em relação à primeira metade dos anos 50. Os neoliberais continuavam com suas críticas à falta de estabilidade monetária e ao crescimento da intervenção do governo. Os nacionalistas veiculavam suas ideias principalmente através da Revista Economia Brasileira.

Mas, de que maneira foi possível desenvolver a indústria nesse processo histórico? Quais condições levariam o Brasil a um crescimento considerável nos anos seguintes, principalmente na década de 1970?

² Lei 3.244 (agosto de 1957), na qual instituíam um novo sistema tarifário bem como a Comissão de Política Aduaneira.



Movimentos Migratórios E A Dinâmica Da Economia Brasileira – Rodrigo de Andrade Calsani

A chegada dos capitais estrangeiros foi uma das formas de financiamento desse desenvolvimento e sua entrada no Brasil foi resultado da expansão mundial pela qual passavam os capitais norte-americanos, europeus e japoneses, além de políticas internas de atração destes capitais, vigentes então na economia brasileira.

A situação da economia brasileira no final da década de 1950 se desenvolveu com o investimento privado direto das empresas multinacionais, favorecidas pelas políticas de substituições de importações daqueles anos, que protegiam o mercado por barreiras tarifárias. Estas empresas que buscaram o mercado brasileiro tinham como traço comum um comportamento monopolista, uma ferramenta a mais na concorrência oligopolista que dominava o cenário econômico dos países desenvolvidos. (Sochaczewski, 1993).

Desenvolvimento

A região sudeste passou a ser o local desse desenvolvimento e o trabalhador do interior do Brasil buscou uma oportunidade nessa localidade. A migração foi a tônica desse contexto histórico-econômico. Segundo Baeninger:

Desse modo, o entendimento dos processos migratórios nacionais contemporâneos tem suas raízes históricas assentadas na passagem para uma sociedade urbano-industrial, a partir da qual é possível compreender tipos migratórios em etapas específicas da dinâmica econômica do país. [...] Os movimentos migratórios apresentaram características distintas em cada uma das etapas econômicas, uma vez que, embora a migração seja sempre definida como uma mudança de residência envolve sentidos, direções, causas, consequências bastante variadas; determinado tipo de movimento migratório [...]. (BAENINGER, 2012, p.9)

Para que a migração ocorresse e por consequência, complementasse o processo de desenvolvimento industrial brasileiro, torna-se necessário compreender o que estava acontecendo no interior brasileiro, mais especificamente no nordeste brasileiro. Principalmente a partir dos anos 1950, com a diversificação da agricultura paulista por meio da redução do plantio cafeeiro e ampliação da cultura canavieira e algodoeira, o Nordeste sofreu uma considerável redução desses produtos agrícolas. Esse fato provocou um grande fluxo de saída de pequenos produtores e trabalhadores rurais que migrariam, fundamentalmente, para a agricultura do PR e CO, e também, para a economia urbana e rural do estado de São Paulo, que crescia com a industrialização (BAENINGER, 2012).



Se comparado ao processo de imigração estrangeira no início do século XX, o número de migrantes internos entre 1926 e 1960 foi consideravelmente maior (tabela 1).

TABELA 1

Entrada de migrantes internos e internacionais São Paulo (1900-1960)

| Período | Migrantes Internos | Imigrantes Internacionais | Total | Proporção Migrantes Internos no Total (%) |
|----------------|---------------------------|----------------------------------|--------------|--|
| 1900-1925 | 123.963 | 1.045.753 | 1.169.716 | 10,6 |
| 1926-1960 | 2.414.669 | 864.969 | 3.279.638 | 73,63 |
| Total | 2.538.632 | 1.910.722 | 4.449.354 | 57,06 |

Fonte: Boletim de Imigração e Colonização; Martine (1990).

Por meio de uma política econômica estabelecida, na qual favorecia empresas multinacionais, restou ao trabalhador rural do interior do Brasil a migração para os grandes centros econômicos, os quais expandiam as práticas industrial e agrícola (tabela 2).

Do ponto de vista econômico, o cenário das migrações rurais-urbanas se acentuou, já no fim dos anos 1950, na nova industrialização de bens intermediários e duráveis (indústria automobilística, metalurgia, setor de eletrodomésticos, etc.) de caráter monopolista e de propriedade estrangeira ou associada a capitais estrangeiros [...] mudanças políticas começando com o movimento militar de 1964 tornaram viável o novo modelo econômico de desenvolvimento. Assim, depois de 1960, a subordinação da agricultura à indústria também contribuiu para incrementar os fluxos migratórios e a urbanização brasileira. Entre 1960-1970 cerca de 6,5 milhões de pessoas mudaram de UF de residência, sendo que este volume se elevou para 9,5 milhões na década seguinte. O Nordeste assistiu a uma emigração de 1,5 milhão, nos anos 1960; para quase 3 milhões, nos anos 1970. Em contrapartida, o Sudeste chegou a receber cerca de 7 milhões de imigrantes entre 1960-1980. (BAENINGER, 2012, p.29)



TABELA 2

Volumes de imigração e emigração interestaduais regiões brasileiras (1960-1980)

| Regiões | Imigrantes | | Emigrantes | |
|--------------|------------|-----------|------------|-----------|
| | 1960-1970 | 1970-1980 | 1960-1970 | 1970-1980 |
| Norte | 186.496 | 797.130 | 87.237 | 209.323 |
| Nordeste | 808.845 | 1.125.527 | 1.526.848 | 2.939.316 |
| Sudeste | 3.021.793 | 4.540.946 | 2.160.720 | 2.323.036 |
| Sul | 1.411.924 | 803.804 | 680.008 | 1.629.061 |
| Centro-Oeste | 1.095.034 | 1.428.184 | 159.158 | 721.053 |
| Total | 6.524.092 | 8.695.591 | 4.613.971 | 7.821.789 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 e 1980.

Vale ressaltar a relação do processo migratório versus inserção no mercado de trabalho. Segundo Patarra, faz-se necessário explicar os movimentos migratórios por meio da divisão social do trabalho em paralelo com a dinâmica da estrutura econômica. Estrutura essa, que gera a especialização e o assalariamento do mercado de trabalho agrícola. Em contrapartida, é preciso que se considere a população urbana, a qual com suas estratégias diversificadas de ganhar a vida dão novas especificações ao chamado “setor informal” da economia. Ou seja, definir o êxodo rural apenas como consequência da pobreza torna-se uma explicação rasa. Segundo a autora, a migração também ocorre por grupos sociais distintos dado a especialização cada vez maior do trabalho.

Lopes (1973) explica a força de trabalho excedente com três destinos possíveis:

- 1 - migrar para os centros urbanos;
- 2 - empregar-se como força de trabalho temporária (sazonal) nas plantações das grandes propriedades (nas lavouras de mercadorias de exportação);
- 3 - migrar para a fronteira agrícola, onde em terras livres podem reproduzir a agricultura de subsistência.

Para justificar os movimentos migratórios, Singer (1968) identifica:

[...] a importância dos fatores de expulsão nas áreas de origem quando considerados tais movimentos migratórios para a compreensão dos destinos migratórios no Sudeste que se industrializava em moldes fordistas, marcando, portanto, a concentração de capital, das migrações e da urbanização, em especial do período 1950-1980. O tipo migratório rural/urbano, tanto de longa distância como de curta distância, prevaleceu por quatro décadas no Brasil e ancorou as atividades vinculadas ao processo de industrialização brasileira, em particular até os anos 1970.



Gonçalves (2001) explica que as migrações sazonais ou temporárias são as responsáveis por grandes fluxos de trabalhadores que, por um período de 4 a 7 meses, deixam sua terra natal e se dirigem às regiões da agroindústria.

Bahia, Ceará, Paraíba e outros estados do Nordeste figuram como as áreas principais de origem desses migrantes. Quanto ao destino, podemos citar os estados de Pernambuco, São Paulo e Mato Grosso do Sul. [...] Vale sublinhar, ainda, que os responsáveis pelas grandes obras, as empresas de construção civil, o trabalho doméstico e até os serviços em geral preferem, em não poucos casos, contratar a mão de obra temporária. Ela se adapta perfeitamente à oscilação da demanda nos setores apontados e, além disso, isenta a empresa dos encargos sociais mais onerosos e permanentes. É comum, nas regiões de origem, falar das mulheres como “viúvas de maridos vivos”, as quais, na ausência dos homens, têm de assumir, além da casa, a busca da água e da lenha, bem como o trato do roçado. Quanto aos trabalhadores, em alojamentos provisórios e precários nos locais de destino, amargam em geral uma situação extremamente precária de vida e trabalho. (GONÇALVES, 2001, pp.177-178)

Para esse autor, as migrações limítrofes ocorrem na fronteira do Brasil com os países vizinhos; e nas cidades de fronteira, como por exemplo, Corumbá (MS) e Foz do Iguaçu (PR), é comum o processo de ir e vir.

Sobre o movimento de migrante em direção à fronteira agrícola, Gonçalves salienta:

A fronteira agrícola vem sofrendo, de década para década, significativo decréscimo. A razão é dupla: por um lado, esgotam-se as “terras livres”, ou melhor, à medida de sua valorização, elas vão sendo progressivamente acumuladas nas mãos de poucos latifundiários e de empresas agroindustriais, pecuaristas ou mineradoras. Destinam-se a projetos nem sempre transparentes e, não raro, à especulação imobiliária, como reservas de valor ou “terras de negócio”. Por outro lado, as dificuldades de produção, escoamento e comercialização dos produtos desestimulam novas experiências para os pequenos e médios produtores rurais. A falta de uma política agrícola voltada para a pequena produção tem levado a grande maioria dos “colonos do Sul” à miséria e à periferia das cidades locais, quando não os faz retornar ao local de origem. O sonho da terra própria, para muitos, se reduz a um pesadelo por causa do acúmulo de dívidas. Não raro se ouve dizer que o Banco do Brasil é o cemitério dos agricultores. (GONÇALVES, 2001, p.178)

Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, a extensão aos trabalhadores do campo dos direitos trabalhistas promoveu uma articulação burguesa para



Movimentos Migratórios E A Dinâmica Da Economia Brasileira – Rodrigo de Andrade Calsani

disciplinar os conflitos no campo e transformar a propriedade fundiária em empresa capitalista, por meio da figura do assalariado. Por meio desse estatuto e da concentração de terras na mão de uma pequena oligarquia agrícola, surgiu a figura do “boia fria”, também denominado como trabalhador rural, no qual vivia e ainda vive marginalizado nas cidades e enfrenta condições precárias de trabalho no campo.

E finaliza com a explicação de outro tipo de migração; migrações circulares ou pendulares. Gonçalves afirma:

Entendemos por migrações circulares ou pendulares o movimento diário ou semanal de trabalhadores dentro das grandes metrópoles ou entre localidades vizinhas. Podemos citar, ainda, os “bóias-frias”, os quais, embora trabalhando na zona rural, povoam as chamadas “pontas de rua” das pequenas e médias cidades. Tais deslocamentos de curta distância crescem na proporção direta do aumento do desemprego e subemprego, como também da instabilidade social. Relacionam-se, via de regra, ao trabalho informal ou a relações extremamente precárias de trabalho. Neste caso, não é exagero afirmar que os trabalhadores trocam de emprego e de casa quase como trocam de roupa. No seu humor sombrio, costumam dizer que “trabalho não falta, o que falta é emprego”. Correndo atrás de “bicos” e disputando as migalhas do mercado, veem-se forçados a um vaivém contínuo por uma sobrevivência cada vez mais difícil. (GONÇALVES, 2001, p. 179)

Na vertente da migração rural-urbana é possível compreender, a partir de Singer, como um contexto, no qual:

Esses movimentos migratórios no bojo do processo de industrialização em curso, onde os deslocamentos populacionais - com origem no rural e destino urbano – representavam a força de trabalho necessária à etapa de acumulação capitalista. As áreas rurais estagnadas ou em processo de transformação contribuíam para “fatores de estagnação” ou “fatores de mudanças” impulsionadores de fluxos migratórios nos locais de origem, onde as ‘causas’ e ‘motivos’ da migração eram resultantes das transformações econômicas globais da sociedade. Os excedentes populacionais do rural constituíam transferências populacionais para as cidades com a incorporação desses contingentes no mercado de trabalho industrial em expansão. (SINGER, 1973, p.31)

Segundo Baeninger (2012), a enorme transferência de população do meio rural para o urbano refletiu as distintas etapas do processo de desenvolvimento e contribuiu para o esvaziamento do campo. Nos anos 1950, a saída de população do meio rural brasileiro foi de 7 milhões de pessoas chegando a quase 16 milhões nos anos 1970; em quarenta anos, o rural do país perdeu cerca de 38,4 milhões de pessoas.



Movimentos Migratórios E A Dinâmica Da Economia Brasileira – Rodrigo de Andrade Calsani

Em 1950, apenas 36% da população brasileira residia em áreas urbanas, chegando a 45% em 1960, 56% em 1970 e 67,5% em 1980, conforme nos mostra tabela a seguir.

TABELA 3

População total, urbana e rural Brasil (1940-1980)

| Ano | População (em milhões) | | |
|------|------------------------|--------|--------|
| | Total | Urbana | Rural |
| 1940 | 41.236 | 12.880 | 28.356 |
| 1950 | 51.994 | 18.783 | 33.162 |
| 1960 | 70.191 | 31.534 | 38.657 |
| 1970 | 93.139 | 52.084 | 41.054 |
| 1980 | 119.002 | 80.436 | 38.566 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1980.

Com o aumento de volume da migração rural-urbana, percebe-se que o projeto político e econômico instaurado a partir de JK, em consonância com a infraestrutura oferecida pelos grandes centros urbanos, possibilitaram um significativo aumento da mão de obra urbana (tabela 4).

TABELA 4

Volume de migração rural-urbana (em milhões)

| 1940-1950 | 1950-1960 | 1960-1970 | 1970-1980 | Total (1940-1980) |
|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------------|
| 3,0 | 7,0 | 12,8 | 15,6 | 38,4 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1980.

Nos anos de 1970 intensificou-se o processo de migrações urbano-urbano:

[...] principalmente aquelas intrametropolitanas, reforçando as vertentes da metropolização e periferização. Nesse período, o fluxo urbano-urbano passou a responder por 46,7% dos movimentos migratórios intermunicipais no País e o fluxo rural-rural, 32,1% do total; ao tipo migratório rural-urbano ainda correspondia 54,2% das migrações entre 1970-1980. (BAENINGER, 2012, p.35)

Com essa demanda de mão de obra corrente, o estado de São Paulo passaria a receber trabalhadores para as indústrias e também para o campo. Com o surgimento e



Movimentos Migratórios E A Dinâmica Da Economia Brasileira – Rodrigo de Andrade Calsani

crescimento das práticas neoliberais³, o trabalhador seria apenas o responsável pela aplicabilidade das práticas agrícolas e industriais, sem nenhum tipo de condição de inclusão no processo educacional globalizado. Ele tornou-se apenas uma mão de obra barata.

Dentro desse cenário social e econômico, no final do século XX, 48.4 milhões de hectares de terras públicas foram transformadas em latifúndios, quase duas vezes a área total do estado de São Paulo. Surgiu então o termo agronegócio, um processo de transformação capitalista do campo marcada, por um lado pela tecnificação, cujo principal indicador é o crescimento exponencial de máquinas agrícolas e tratores, e por outro, a projeção do capitalismo em escala internacional, em um país de industrialização incipiente e com baixa produtividade agrícola, que demandou rearranjos internos na agricultura e na sua articulação com as cidades tanto na produção e comercialização de mercadorias como nas relações de trabalho face às novas diretrizes de acumulação e reprodução do capital (JUNQUEIRA, 2014).

Por meio de uma situação pré-estabelecida, o agronegócio prevaleceu conforme o *enredo* internacional, com o aval e apoio incondicional do Estado e a marginalização do pequeno proprietário rural. Segundo Junqueira, na acepção brasileira do termo, o agronegócio é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra sob a tutela do Estado.

Com base nos dados dos três últimos Censos Agropecuários – 1985, 1995/1996 e 2006 - o IBGE mostrou a permanência da desigualdade na distribuição de terras no país. Enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 ha (que representam 47,0% do total) ocupam menos de 2,7% da área total; os estabelecimentos de mais de 1000 ha (que representavam, respectivamente, 0,87%, 1,02% e 0,91% do número total de estabelecimentos nos censos citados) concentram mais de 43,0% da área total nestes anos. (JUNQUEIRA, 2014, pp.50-51)

A partir dos anos 1980, nas indústrias, o velho princípio educativo, decorrente da base técnica da produção taylorista/fordista foi substituído por outro projeto pedagógico determinado pelas mudanças ocorridas no trabalho. Dentro desse contexto ocorre a superação da linha de montagem fordista, com seus definidos postos e sua relação

³ O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial e foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro (ANDERSON, 1995).



homem-máquina, pelas células de produção onde alguns trabalhadores apenas devem deixar as máquinas trabalhar, apenas preparando o necessário para o seu funcionamento, característica essa que reforça a ideia da flexibilidade. Sútil em sua concepção, essa flexibilidade tem por objetivo formar um homem apto ao trabalho e suas várias funções dentro de um modelo globalizado de indústria: o toyotismo⁴ (KUENZER, s/d).

O novo tipo de produção racionalizada demandava um novo tipo de homem, capaz de ajustar-se aos novos métodos da produção, para cuja educação eram insuficientes os mecanismos de coerção social; tratava-se de articular novas competências a novos modos de viver, pensar e sentir [...]. (KUENZER, s/d, p.2)

Considerações Finais

E o emprego? Segundo Antunes (1998), o desemprego será o resultado dessas transformações no processo produtivo; para ele o mundo do trabalho não encontra, em suas tendências dominantes, especialmente nos seus órgãos de representação sindicais, disposição de luta com traços anticapitalistas.

O mundo do trabalho está determinado aos imperativos do capital de criação e valorização de mais-valia e de lucro.

Por tratar-se de uma pesquisa de doutorado em elaboração não é possível afirmar as consequências desses movimentos migratórios, mas possivelmente, o trabalhador continuará a buscar por novas ondas migratórias para sua própria sobrevivência, mas sempre a partir de uma dinâmica econômica pré-estabelecida.

E o que fazer?

Toda experiência histórica é, em certo sentido, única. Um homem do campo será sempre filho da terra. O agronegócio proporcionou uma outra realidade, na qual visa o lucro, afinal *time is money*.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: Emir SADER & Pablo GENTILI (orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

⁴ A característica principal desse modelo é a flexibilização da produção, ou seja, em oposição à premissa básica do sistema anterior — o fordismo, que defendia a máxima acumulação dos estoques —, o toyotismo preconiza a adequação da estocagem dos produtos conforme a demanda. Assim, quando a procura por uma determinada mercadoria é grande, a produção aumenta, mas quando essa procura é menor, a produção diminui proporcionalmente.



- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** 5ª edição. São Paulo: Cortez, 1998.
- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo.** Campinas/SP: NEPO, UNICAMP, 2012.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 2.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- FAUSTO, B. **História do Brasil.** 14.ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- GONÇALVES, J. A. **Migrações internas: evoluções e desafios.** IBRADES: Brasília, 2001.
- JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Educação, trabalho e ideologia: análise da relação agronegócio e educação na região de Ribeirão Preto/SP.** São Carlo/SP, 2014. (Dissertação de mestrado em Educação).
- KUENZER, A. Z. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho.**
- LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e migração: uma abordagem histórico-estrutural.** Novos Estudos CEBRAP 6: São Paulo, 1973.
- MARTINE, G. **As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica.** População e História. ABEP/IUSSP/CELADE, 1990.
- MARTINE, G. et al. **A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes, perspectivas.** Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Brasília: ABEP, 1988.
- MARTINS, J. de S. **O cativo da terra.** 1.ed. São Paulo: Contexto, 1979.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. **Povigente, Povo Vigente, Povo e Gente.** Campinas/SP: NEPO/UNICAMP, Textos Nepo, 1988.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- SINGER, P. **Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo.** Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SOCHACZEWSKI, A. C. **Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil (1952-1968).** São Paulo: Trajetória Cultural, 1993.